

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte:

Gazeta do Povo

Class.:

MGR pp 131

Data:

20.10.89

Pg.:

**Promotoria coíbe
o corte de árvores**

Os índios caingangues e guaranis que fazem parte da Reserva Indígena de Mangueirinha receberam uma advertência para impedir o corte ilegal de madeira, e, os madeireiros que adquiriram o produto procedente do corte, responderão ação civil pública. Essas duas medidas fazem parte de um elenco de ações tomadas pelas promotorias de defesas do Meio Ambiente, e dos Direitos e das Garantias Constitucionais. Ambas as promotorias são ligadas à Procuradoria Geral de Justiça do Paraná.

As promotorias constataram na Reserva Indígena de Mangueirinha, na Região Sudoeste do estado, que procedia a denúncia feita por uma comissão de índios sobre o desmate da reserva para retirar e vender pinho, imbuia, cedro, bracatinga, e pinheiro. A Funai, que é responsável pela área, foi também autuada pelo ITCF, pelo mesmo motivo.

Além dessas medidas, as promotorias tomaram ainda outras decisões sobre a Reserva, depois de realizar reuniões com a presença das partes envolvidas, ITCF, Ibama, Funai, e membros de associações que defendem os índios.

O promotor Saint Clair Honorato Santos, da Promotoria do Meio Ambiente, disse ainda que sobre a extração ilegal de madeira corre inquérito policial, contra o cacique da Reserva, Jovelino Paiano, na delegacia de Mangueirinha. Também correm inquéritos, esses sobre furto de madeiras, nas delegacias de polícias de Chopinzinho e Coronel Vivida.

Saint Clair Honorato Santos declarou que as promotorias decidiram adotar todas as medidas sugeridas na reunião com as partes interessadas. A primeira é de realizar um inventário florestal da Reserva de Mangueirinha, com a participação do Ibama/ITCF/Funai/UFPR/Índios da Reserva. A segunda medida é a formação de um grupo de trabalho para exploração da área já desmatada pelos índios, a terceira é a utilização da madeira desvitalizada mediante apresentação de projeto ao Ibama. A quarta medida é da formação de um grupo de trabalho, com a participação de todos os órgãos envolvidos para encaminhar sistematicamente, as questões dos índios, a quinta é de fomentar a manutenção e perpetuação da cultura indígena e a sexta medida é de promover a fiscalização conjunta entre Ibama/ITCF, com apoio da Funai, sobre a reserva.

O promotor disse ainda, que alguns dos pedidos dos guaranis e caingangues já foram atendidos: reflorestamento da área degradada (está sendo providenciado levantamento aerofotogramétrico); distribuição de sementes (já solicitada a Cafe do Paraná, através da Secretaria da Agricultura), presença freqüente de profissionais da área de saúde, médicos e odontólogos no posto da reserva. Outros pedidos também vão ser encaminhados.